

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 128, 22 DE AGOSTO DE 2014.

Altera a Lei Municipal nº 2.778, de 28 de novembro de 2007, que dispõe sobre a criação do emprego de agentes comunitários de saúde, para criar o adicional por avanço, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL,
Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º Fica incluído o art. 2º-B na Lei Municipal nº 2.778, de 28 de novembro de 2007, com a seguinte redação:

“Art. 2º-B. Após cada três anos de serviços ao Município, o servidor terá direito a um avanço, até o máximo de dez avanços, cada um no valor de 5% (cinco por cento) do vencimento básico de seu padrão.”

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Conta 3899 – Desdobramento de Despesa; Órgão: 06 – Secretaria de Saúde; Unidade Orçamentária: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde - FMS; Funcional: 103010109 - Saúde; Projeto/Atividade: 205000 – Despesas com PACS; Natureza da Despesa: 3.1.90.11.37.00.00 – Gratificação de Tempo de Serviço; Recurso: 4530 – PACS – Agentes Com. De Saúde.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 22 de agosto de 2014.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

FABIANA DA SILVA KRASCHEFSKI
Secretária de Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei nº 128, de 22 de agosto de 2014, que: *“Altera a Lei Municipal nº 2.778, de 28 de novembro de 2007, que dispõe sobre a criação do emprego de agentes comunitários de saúde, para criar o adicional por avanço, e dá outras providências.”*

O Projeto de Lei em tela visa conceder aos agentes comunitários de saúde, ocupantes de emprego público criado em 2007, através da Lei Municipal nº 2.778, uma vantagem pecuniária por avanços, nos termos como já concedido aos servidores ocupantes de cargos públicos no Município, conforme se depreende na Lei Municipal nº 1.108/99.

O avanço consiste em acrescentar ao vencimento básico do servidor o percentual de 5% a cada três anos de serviços prestados no Município, até o máximo de dez. O referido adicional é popularmente conhecido como triênio.

Assim, a intenção da Administração Pública é aos poucos igualar os benefícios concedidos aos servidores estatutários aos servidores celetistas, no caso em apreço os agentes comunitários de saúde, que prestam com excelência o louvável serviço público designado.

É de se ressaltar que foi realizada previsão orçamentário-financeira, estando devidamente impactada na receita do Município, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sendo assim, e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal